

O plágio e a integridade em pesquisa: uma revisão sistemática no Brasil

João Paulo Aires, Doutor em Ensino de Ciência e Tecnologia na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Professor efetivo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Assessor de Planejamento e Finanças. É líder do grupo de pesquisa Inovação no ensino e aprendizagem e integridade acadêmica, Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia (PPGECT) no Câmpus Ponta Grossa da UTFPR, joao@utfpr.edu.br

O plágio e a integridade em pesquisa: uma revisão sistemática no Brasil

Resumo: O presente estudo teve por objetivo, fazer um levantamento dos trabalhos desenvolvidos no Brasil e que abordem acerca da desonestidade científica. Entende-se que este tema deve, periódica e permanentemente ser debatido com a comunidade acadêmica (alunos de graduação e pós-graduação, professores e pesquisadores), de modo a uniformizar o entendimento dos problemas que envolvem a integridade em pesquisa, em especial o plágio no desenvolvimento de trabalhos. A metodologia baseou-se em uma revisão sistemática de textos disponíveis nas bases de dados do Scientific Electronic Library Online (SciELO) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), publicados no período de 2010 e 2018. Para a seleção dos trabalhos foram usadas as palavras-chave: “plágio”, “desonestidade científica”, “desonestidade acadêmica”, “plágio na academia”, “plágio na universidade”, tanto em português como em inglês, bem como utilizando os operadores lógicos OR e AND para o processo de pesquisa nas bases supracitadas. Foram selecionados 25 trabalhos (12 artigos, quatro teses e nove dissertações), sendo agrupados em cinco categorias. O que se pode constatar é que, em geral, a comunidade tem inúmeras dificuldades em entender, de forma prática, como evitar o plágio para não incorrer em desonestidade científica. Como resultado, verifica-se que a discussão da temática precisa avançar no Brasil, de modo a ampliar o entendimento do problema nas instituições de ensino (na graduação e pós-graduação), para que seja possível superar os desafios decorrentes da desonestidade acadêmica.

Palavras-chave: desonestidade acadêmica, ética, má conduta científica

The plagiarism and research integrity: a systematic review in the Brazil

Abstract: The objective of this study was to carry out the work developed in Brazil and to discuss scientific dishonesty. It is understood that this topic should be regularly and permanently debated with the academic community (undergraduate and graduate students, professors and researchers) in order to standardize the understanding of the problems that involve integrity in research, especially plagiarism in the development of works. The methodology was based on a systematic review of texts available in the databases of the Scientific Electronic Library Online (SciELO) and the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICT), published in the period of 2010 and 2018. For the selection of the "plagiarism", "academic dishonesty", "plagiarism in academia", "plagiarism in university", both in Portuguese and English, as well as using the logical operators OR and AND for the research process in the abovementioned bases. Twenty-five studies (12 papers, four theses and nine dissertations) were selected and grouped into five categories. What can be seen is that, in general, the community has many difficulties in understanding, in a practical way, how to avoid plagiarism in order not to incur scientific dishonesty. As a result, it is verified that the discussion of the topic needs to advance in Brazil, in order to broaden the understanding of the problem in educational institutions (undergraduate and postgraduate), so that it is possible to overcome the challenges arising from academic dishonesty.

Keywords: academic dishonesty, ethics, scientific misconduct

Submission: 2019-05-09/ **approval:** 2019-07-18

Introdução

Quando o assunto é desonestidade científica, integridade científica e plágio, verifica-se que a discussão é recente no cenário brasileiro, conforme registrado por Pádua e Guilhem (2015), uma vez que o primeiro trabalho encontrado foi publicado por Maria Christina Anna Grieger em 2005 (GRIEGER, 2005). Entretanto, mesmo a lei de Direito Autoral (lei 9.610/98) concedendo alguma proteção às obras intelectuais, a legislação não aborda especificamente sobre o plágio e a desonestidade em trabalhos acadêmicos.

Registra-se que alguns pesquisadores, desenvolvem suas pesquisas por meio de estratégias inadequadas e de manipulação de dados, apresentando resultados tendenciosos e que, até certo ponto, podem gerar conclusões incorretas (CHIARINI; VIEIRA, 2012; ELLIOTT; MARQUIS; NEAL, 2013; GOMES, 2014). Com isso, cabe às instituições de ensino superior, por ser um ambiente diferenciado na formação de pessoas qualificadas, a adoção de ações visando o desenvolvimento de trabalhos, não somente com resultados adequados para a sociedade, como, principalmente, respeitando e reconhecendo a autoria original, ou seja, dar o devido crédito a quem inicialmente desenvolveu determinada ideia.

Neste sentido, por meio de uma revisão sistemática de trabalhos relacionados às temáticas plágio, integridade em pesquisa e desonestidade acadêmica, teve como objetivo avaliar como é tratado os temas desonestidade acadêmica e o plágio em pesquisa, tendo como foco, as publicações disponíveis em periódicos brasileiros.

Metodologia

O presente estudo foi realizado por meio de uma revisão sistemática da literatura, no qual foram selecionados textos publicados em periódicos brasileiros, disponíveis nas bases de dados do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e a do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no período de 2010 e 2018, que tratassem acerca do tema integridade acadêmica.

A intenção de iniciar a seleção pelo ano de 2010 deveu-se pelo fato de que, neste ano (2010), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) encaminhou um relatório à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no qual trata acerca da necessidade de que as instituições de ensino brasileiras deem atenção, principalmente, ao plágio no desenvolvimento dos trabalhos (OAB, 2010).

Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “plágio” OR “desonestidade científica” OR “desonestidade acadêmica” OR “plágio na academia” OR “plágio na universidade”. Adicionalmente, nova pesquisa foi realizada com os mesmos termos, utilizando o operador lógico AND, de modo a recuperar mais artigos associados à temática. Nas duas bases de dados, as palavras-chave usadas seguiram a seguinte ordem: *plagiarism*, *plagiarism and university*, *plagiarism and academy*, *scientific and dishonesty*.

Com as sentenças utilizadas, a base de dados do IBICT retornou 287 trabalhos, conforme segue: usando o descritor “plágio” foram encontrados 67 documentos; o descritor “desonestidade científica” retornou 10 trabalhos; “plágio na academia” obteve cinco documentos; e, “plágio na universidade” retornou 64 documentos. O termo “*plagiarism*” retornou 58 trabalhos; a combinação *plagiarism and university* retornou 15 artigos; a combinação de todos os termos (plágio OR desonestidade científica OR plágio OR academia OR plágio OR universidade) retornou 68 trabalhos. Enquanto que os termos “*plagiarism and academy*” e “*scientific and dishonesty*” não retornaram nenhum resultado.

Na base de dados do SciELO foram encontrados 200 trabalhos, assim organizados: usando o descritor “plágio” foram encontrados 39 documentos; o descritor “desonestidade científica” retornou 3 trabalhos; “plágio na academia” retornou dois documentos; “plágio na universidade” retornou 21 documentos. O termo “*plagiarism*” retornou 40 artigos; a combinação “*plagiarism and university*” retornou 10 artigos; a combinação de todos os termos (plágio OR desonestidade científica OR plágio OR academia OR plágio OR universidade) retornou 39 trabalhos; a mesma combinação, com os termos em inglês, obteve 42 resultados. Os termos “*plagiarism and academy*” retornaram um artigo; e, “*scientific and dishonesty*” retornaram três resultados.

Para a inclusão dos trabalhos a serem estudados, foram considerados os seguintes critérios: textos que apresentassem relatos de experiência; documentos que tratassem a percepção da comunidade acerca da integridade em pesquisa (em especial ao plágio); trabalhos que ilustrassem exemplos práticos da aplicação de regras e normas de pesquisa; coleta de dados realizada no Brasil; mensuração sobre desonestidade científica e apresentação dos resultados, tendo por base essa variável.

Foram retirados da análise, todos os trabalhos duplicados. Em seguida, foram excluídos do estudo todos aqueles documentos nos quais registravam a temática pesquisada somente no conjunto de palavras-chave. Na leitura do resumo do trabalho e, na sequência do documento completo, ficou demonstrado que determinado trabalho não

tratava, especificamente, sobre plágio, integridade em pesquisa ou desonestidade acadêmica.

Coleta de dados

Após aplicar os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 25 documentos (12 artigos, quatro teses e nove dissertações). Os trabalhos foram agrupados em cinco categorias, que representam os temas gerais utilizados para seleção dos estudos: 1) Plágio; 2) Integridade em pesquisa; 3) Ferramentas de detecção de plágio; 4) Normas e diretrizes em pesquisa; 5) Percepção de professores e estudantes.

Na análise de cada trabalho selecionado, foram considerados os seguintes elementos: objetivos da pesquisa, metodologia utilizada, contribuição e aplicabilidade do estudo, resultados obtidos e discussões produzidas.

O Quadro 1, registra a aplicação da metodologia adotada na revisão sistemática.

Quadro 1 - Metodologia aplicada para seleção dos trabalhos

Total de arquivos obtidos na busca, por meio dos descritores: “plágio” OR “desonestidade científica” OR “Plágio na academia” OR “Plágio na universidade” OR “ <i>plagiarism</i> ” OR “ <i>plagiarism and university</i> ” OR “ <i>plagiarism and academy</i> ” OR “ <i>scientific and dishonesty</i> ” = 487 trabalhos	
IBICT	SciELO
287	200
<i>Exclusão dos trabalhos repetidos = 361 excluídos</i>	
IBICT (211 excluídos)	SciELO (150 excluídos)
76	50
<i>Exclusão pela leitura dos descritores = 50 excluídos</i>	
IBICT (34 excluídos)	SciELO (16 excluídos)
42	34
<i>Exclusão pela leitura do resumo = 38 excluídos</i>	
IBICT (23 excluídos)	SciELO (15 excluídos)
21	17
<i>Exclusão pela leitura do trabalho completo = 14 excluídos</i>	
IBICT (8 excluídos)	SciELO (6 excluídos)
13	12
Número de documentos considerados para análise na revisão sistemática = 25	

Fonte: Autoria própria (2019)

Conforme apontado no Quadro 1, é possível verificar a sequência de passos necessária para a seleção dos documentos utilizados para a comparação. Dos 487 trabalhos que preenchiam os critérios dos descritores utilizados mais de 74% deles (361 trabalhos) foram excluídos por estarem repetidos na consulta e pouco mais de 5% destes (25 trabalhos) foram efetivamente analisados.

No Quadro 2, estão apresentados os 25 trabalhos que, após aplicação da metodologia, foram selecionados na revisão sistemática.

Quadro 2 - Trabalhos selecionados na etapa da revisão sistemática

Ano	Autor(es)	Título	Periódico/ instituição	Tipo de produção	Categoria temática
2011	ANDRADE, J. X.	Má conduta na pesquisa em ciências contábeis.	Universidade de São Paulo (USP)	Tese	Integridade em Pesquisa
2011	BERLINCK, R. G. S.	The academic plagiarism and its punishments - a review.	Revista Brasileira Farmacognosia	Artigo	Normas e Diretrizes em Pesquisa
2011	INNARELLI, P. B.	Fatores antecedentes na atitude de alunos de graduação frente ao plágio.	Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)	Dissertação	Integridade em Pesquisa
2011	KROKOSCZ, M.	Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil.	Revista Brasileira de Educação	Artigo	Normas e Diretrizes
2011	PERTILE, S. L.	Desenvolvimento e aplicação de um método para detecção de indícios de plágio.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Dissertação	Ferramenta de Detecção
2011	TANIGUCHI, S. P.	Desonestidade acadêmica: interação entre fatores pessoais e práticas de grupo na atitude de estudantes de IES.	Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)	Dissertação	Integridade em Pesquisa
2013	ARENHARDT, C. P. B.	Miss Marple desenvolvimento de ferramenta para auxiliar na verificação e detecção de indícios de plágio com base no método DIP (Detector de indícios de plágio).	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Dissertação	Ferramenta de Detecção
2013	FREITAS, T. C. S	Autoria e plágio: representações sociais na educação superior.	Universidade Regional de Blumenau (FURB)	Dissertação	Plágio
2013	LIMA, M. B.	Ctrl+C/Ctrl+V : plágio ou estratégia? - representações de professores universitários sobre a escrita de seus alunos.	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Dissertação	Plágio
2014	KROKOSCZ, M.	Outras palavras: análise dos conceitos de autoria e plágio na produção textual científica no contexto pós-moderno.	Universidade de São Paulo (USP)	Tese	Plágio
2014	RUSSO, M..	Ética e integridade na ciência: da responsabilidade do cientista à responsabilidade coletiva.	Revista Estudos Avançados	Artigo	Integridade em Pesquisa
2014	SOARES, R.	Proteção à autoria e combate ao plágio acadêmico na FAINOR:	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Dissertação	Normas e Diretrizes em Pesquisa

Ano	Autor(es)	Título	Periódico/ instituição	Tipo de produção	Categoria temática
		referenciais didáticos instrucionais.			
2014	VELUDO-DE- OLIVEIRA, T. M., AGUIAR, F. H., QUEIROZ, J. P., BARRICHELLO, A.	Cola, plágio e outras práticas acadêmicas desonestas: um estudo quantitativo-descritivo sobre o comportamento de alunos de graduação e pós-graduação da área de negócios.	Revista de Administração Mackenzie	Artigo	Plágio
2014	WATANABE, E. H.	A não linearidade entre a reação de quem copia e de quem é copiado.	Revista Estudos Avançados	Artigo	Autoria e Metodologia
2015	DIAS, W. T.; EISENBERG, Z. W.	Vozes diluídas no plágio: a (des)construção autoral entre alunos de licenciaturas.	Revista Pro- Posições	Artigo	Plágio
2015	GUEDES, D. O.; GOMES FILHO, D. L.	Percepção de plágio acadêmico entre estudantes do curso de odontologia.	Revista Bioética	Artigo	Plágio
2015	PÁDUA, G. C. C., GUILHEM, D.	Integridade científica e pesquisa em saúde no Brasil: revisão da literatura.	Revista Bioética	Artigo	Integridade em Pesquisa
2015	PERTILE, S. L.	Combinando métricas baseadas em conteúdo e em referências para a detecção de plágio em artigos científicos.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Tese	Ferramenta de Detecção
2015	SANTOS, F. C.	A concepção de trabalho acadêmico de alunas de um curso de Pedagogia à distância: um estudo de caso.	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	Dissertação	Autoria e Metodologia
2016	ALENCAR, L. B	Práticas de orientação de TCC em curso de graduação em Ciências Contábeis em IES da cidade de São Paulo que possuem <i>stricto sensu</i> .	Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP)	Dissertação	Autoria e Metodologia
2016	ALMEIDA, R. M. V. R. D., CATELANI, F., FONTES-PEREIRA, A. J., GAVE, N. D. S.	Retractions in general and internal medicine in a high-profile scientific indexing database.	São Paulo Medical Journal	Artigo	Integridade em Pesquisa
2016	ALVES, A. P. M	Competência Informacional e o uso ético da informação na produção científica: o papel do bibliotecário na produção intelectual no ambiente acadêmico.	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Tese	Normas e Diretrizes em Pesquisa
2016	ALVES, M. F.; MOURA, L. O. B. M.	A Escrita de Artigo Acadêmico na Universidade: Autoria x Plágio.	Revista Ilha do Desterro	Artigo	Autoria e Metodologia
2016	DALLA COSTA, R. M. C.	Plágio acadêmico: a responsabilidade das associações científicas.	Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação	Artigo	Normas e Diretrizes em Pesquisa
2016	SOUSA, R. N. D., CONTI, V. K.,	Desonestidade acadêmica: reflexos na	Revista Bioética	Artigo	Plágio

Ano	Autor(es)	Título	Periódico/ instituição	Tipo de produção	Categoria temática
	SALLES, A. A., MUSSEL, I. D. C. R.	formação ética dos profissionais de saúde.			

Fonte: Autoria própria (2017)

Dos 25 estudos selecionados (registrados no Quadro 2), três tratam sobre o desenvolvimento de “Ferramentas de Detecção”; quatro trabalhos discorrem sobre a temática “Autoria e Metodologia” na elaboração de trabalhos; 10 estão relacionados às categorias “Plágio” (sete trabalhos) e “Normas e Diretrizes” (três trabalhos); e, seis documentos, relatam sobre a temática “Integridade em Pesquisa”. Destaca-se que os anos de 2010, 2017 e 2018 não tiveram trabalhos brasileiros analisados, uma vez que não atendiam os descritores de pesquisa utilizados.

Resultados e discussões

Os trabalhos analisados abordam diversos temas acerca do problema da desonestidade acadêmica. Dos assuntos mais tratados nas pesquisas selecionadas, destacam-se a **adoção de normas e instrumentos** (KROKOSCZ, 2011; PERTILE, 2011; SOUSA et al., 2016), o **plágio** (INNARELLI, 2011; FREITAS, 2013; KROKOSCZ, 2014; SOARES, 2014; GUEDES, GOMES FILHO, 2015; ALVES, MOURA; 2016; DALLA COSTA, 2016) e a **integridade científica** (TANIGUCHI, 2011; RUSSO, 2014; ALMEIDA et al., 2016; DIAS, EISENBERG, 2015; PÁDUA, GUILHEM, 2015). Ressalta-se que nos dias atuais, o lema “*publish or perish*” faz parte do cotidiano dos pesquisadores e das instituições de pesquisa e, desta forma, há muita pressão no aumento da quantidade de trabalhos desenvolvidos (ANDRADE, 2011; KROKOSCZ, 2014; ALVES, MOURA, 2016), e muitas vezes, há falta de rigor na elaboração e na análise do documento, com inclusão de resultados insatisfatórios, bem como alinhamento inadequado nas discussões apresentadas.

Na categoria temática Normas e diretrizes em pesquisa, os trabalhos selecionados destacam a relevância no desenvolvimento de políticas e ações para combate ao plágio (KROKOSCZ, 2011; BERLINCK, 2011; SOARES, 2014; ALVES, 2016; DALLA COSTA, 2016).

Nos trabalhos selecionados nesta categoria, há um consenso dos autores quanto à dificuldade em ter uma definição precisa sobre o que é plágio. Dalla Costa (2016)

apresenta que os conceitos acerca do plágio são muito incipientes e que carecem de ampla discussão e aprofundamento com a comunidade, ainda mais com a quantidade de ferramentas disponíveis e a praticidade no acesso à informação por diversos meios. No trabalho de Alves (2016), destaca-se que nenhuma biblioteca analisada apresentou informações consistentes no que diz respeito às orientações sobre o plágio acadêmico, demonstrando que este assunto é pouco trabalhado nas universidades.

Mesmo Dalla Costa (2016) destacando que, tanto na legislação brasileira quanto na internacional, há um grande trabalho sendo desenvolvido na construção de normas que atendam a preocupante necessidade de combate aos casos de plágio, principalmente relacionados à disponibilidade e facilidade na obtenção de trechos de documentos nos mais variados meios. Os trabalhos desenvolvidos por Berlinck (2011) e Krokosz (2011) ressaltam que as instituições brasileiras estão muito longe de organizar instruções normativas que indiquem ações voltadas à orientação e punição dos casos encontrados. Berlinck (2011) resalta algumas ações disciplinares aplicadas em universidades estrangeiras, a exemplo da *Yale University*, *Oxford University* e Universidade da Califórnia, destacando-se: reenvio do trabalho para avaliação; redução na nota obtida; zerar a nota de um trabalho no caso de plágio.

Enquanto o trabalho de Krokosz (2011) realiza uma análise geral nas políticas relacionadas à desonestidade acadêmica implementadas nas melhores universidades do mundo comparando com as universidades mais bem classificadas no Brasil, Berlinck (2011) apresenta de forma abrangente, exemplos das normas elaboradas, as regras disponíveis e as possíveis punições aplicadas. Alves (2016) direciona o estudo ressaltando o importante papel do bibliotecário no processo de enfrentamento do plágio, reforçando a necessidade da disponibilização de normativos internos.

Ao problematizar sobre o plágio, Krokosz (2011) faz uma análise nas universidades brasileiras melhor classificadas, enfatizando que estas não implementam ações institucionais nem tampouco possuem normativos aprovados nos conselhos superiores. Os dados apresentados por Krokosz (2011) referem-se a orientações disponíveis nos cursos de graduação ou *links* para páginas que tratam do assunto, destacando não existir nenhuma política de combate ou ação punitiva. Assim, é possível afirmar que o combate ao plágio nas principais universidades brasileiras não é sistematizado.

Complementando a abordagem de Krokosz (2011) e Alves (2016) sobre a relevância da orientação da comunidade, Soares (2014) propõe que sejam implementadas medidas de forma prática nas instituições de ensino superior, destacando cursos ou seminários sobre propriedade intelectual, direitos autorais e legislação; definição de plágio e os tipos mais comuns; ilustra sugestões para o combate por meio de conscientização; e relata a necessidade na criação de regras institucionais, contemplando as sanções a serem aplicadas, bem como a utilização de um software para detecção de similaridade em textos acadêmicos.

Na categoria temática que trata sobre Plágio, quatro trabalhos (KROKOSZ, 2014; DIAS; EISENBERG, 2015; GOMES FILHO, 2015; SOUSA et al., 2016) registram dados relativos ao entendimento da comunidade pesquisada, relacionada à adoção de práticas inadequadas para organizarem os trabalhos e, dentre elas, o plágio. Três trabalhos (LIMA, 2013; FREITAS, 2014; VELUDO-DE-OLIVEIRA et al., 2014) ressaltam que o problema do plágio no ambiente acadêmico, vem da alfabetização anterior ao ingresso na universidade.

No trabalho apresentado por Krokosz (2014), destaca-se que o plágio detectado no ensino superior não ocorre da mesma forma ao que acontece no ensino fundamental e médio, visto que este é desenvolvido de maneiras e contextos diferentes. O autor adiciona a diferença com a pós-graduação, uma vez que a graduação foca o ensino, enquanto que a pós-graduação foca a pesquisa. O tratamento diferenciado em algumas instituições de ensino superior se deve, na maioria das vezes, porque o estudante passa a ter contato com pesquisa, escrita científica e normas de metodologia apenas durante a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso, ou seja, ele não recebe a capacitação necessária para a elaboração textual crítica, articulando autores utilizados e contextualizando com o problema de pesquisa.

Porém, é possível minimizar esta situação prejudicial às instituições de ensino por meio de cursos de nivelamento/capacitação (FREITAS, 2013), por meio do desenvolvimento de materiais e escrita científica de forma intensificada, bem como o acompanhamento e a orientação contínua do estudante, para que as dúvidas existentes sejam eliminadas e seja possível aprimorar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

Lima (2013) acrescenta que, quando a denominada alfabetização acadêmica (que é a prática de leitura e escrita de textos no ensino superior) não é realizada de forma adequada, ocorrem os seguintes problemas: um estudante pode entender que ao apresentar

apenas a fonte, já é argumento suficiente para reproduzir o texto de forma igual ao original, ignorando todas as normas de citação (seja direta ou indireta). No Brasil, geralmente, as normas são apresentadas como conteúdo da disciplina de metodologia da pesquisa (graduação e pós-graduação) e contemplam as orientações acerca de formatação e organização dos trabalhos acadêmicos.

Dias e Eisenberg (2015) apresentaram na pesquisa desenvolvida, que a orientação de trabalhos acadêmicos e o ensino para elaboração de pesquisas estão sendo deficitários, em se tratando de alunos de cursos de licenciatura (formação de professores). Desta forma, os futuros professores, por não terem formação adequada no curso de graduação, terão sérias dificuldades em ensinar seus alunos a organizarem trabalhos acadêmicos por meio de conceitos éticos e cientificamente apropriados. Para Lima (2013), apenas disponibilizar conteúdos que trabalhem sobre ética no ensino superior não é suficiente para eliminar os casos de plágio. Para o autor, é necessário ensinar os alunos a escrever e elaborar textos científicos, criando, assim, a cultura da escrita científica (LIMA, 2013).

Complementando o abordado por Lima (2013), Guedes e Gomes Filho (2015) e Sousa et al. (2016) ressaltam que apenas a disciplina de Metodologia da Pesquisa não é suficiente para apresentar uma abordagem adequada sobre legislação e as sanções que envolvem o plágio no meio acadêmico. Freitas (2013) acrescenta o tratamento do plágio no ambiente universitário é deficiente, visto que pouco se discute o tema, não fazendo parte do cotidiano dos cursos. Apesar dos estudantes serem periodicamente incentivados a produzir trabalhos segundo diretrizes éticas, muitas vezes as regras não estão claras e as poucas orientações disponíveis são, muitas vezes, inadequadas e insuficientes para garantir a elaboração de trabalhos cientificamente apropriados (FREITAS, 2013; SOUSA et al., 2016).

Alguns autores, a exemplo de Lima (2013), Krokosz (2014) e Veludo-de-Oliveira et al. (2014) destacam a necessidade de separar o plágio que os estudantes cometem na graduação, por aqueles executados na pós-graduação ou por pesquisadores. Enquanto no primeiro caso o estudante está se inserindo em pesquisa e em fase de aprendizado a respeito de um texto científico, os outros tem a obrigação de saber as regras que, em nenhuma hipótese, podem ser violadas. Neste caso, eles tem plena consciência da irregularidade ao cometer o plágio em algum trabalho. Krokosz (2014) e Veludo-de-Oliveira et al. (2014) destacam que um estudante de pós-graduação deve ter maior responsabilidade que o de graduação, visto que a formação acadêmico-científica que ele

recebem está voltada ao desenvolvimento de uma carreira voltada ao ensino e à pesquisa. Como na graduação a formação obtida tem o viés, em sua maioria, estritamente profissional e voltada ao mercado de trabalho, é natural que a cobrança seja maior ao estudante da pós-graduação, visto que este tem maiores conhecimentos acerca das normas para elaboração de trabalhos científicos (nos casos de citação direta e indireta, por exemplo). Porém, como inclusive na pós-graduação há ocorrência de plágio (KROKOSZ, 2014), entende-se que a aplicação correta das regras de citação não é tão dominada pelos estudantes deste nível de ensino.

Na categoria temática Integridade em Pesquisa, os trabalhos analisados (ANDRADE, 2011; INNARELLI, 2011; TANIGUCHI, 2011; RUSSO, 2014; PÁDUA; GUILHEM, 2015; ALMEIDA et al., 2016), apresentam que a pressão constante na produção científica (maior quantidade x menor qualidade) influencia na estrutura de quaisquer trabalho sem considerar as regras eticamente responsáveis. Dentre os exemplos pode-se citar o uso de textos plagiados em algumas partes do trabalho, bem como a inclusão de pesquisadores que não contribuíram efetivamente no estudo.

Na análise efetuada por Andrade (2011), Innarelli (2011), Taniguchi (2011), Pádua e Guilhem (2015) são apresentados os conceitos acerca de moral e ética, quais são os limites que levam a conduta inadequada em pesquisa, as razões pelas quais os estudantes e pesquisadores recorrem esta prática inapropriada na organização e apresentação de trabalhos, bem como as preocupações relacionadas à desonestidade científica e o impacto de tais problemas para as instituições em que atuam. Adicionalmente, na análise realizada por Andrade (2011), os participantes da pesquisa relatam que a obrigatoriedade em produzir e publicar, bem como a pressão constante na pós-graduação, influencia sensivelmente a elaboração de algum material eticamente questionável. Nos estudos efetuados por Innarelli (2011), Pádua e Guilhem (2015) e Almeida (2016), a desonestidade acadêmica ocorre desde cedo, muito antes do ingresso na graduação, uma vez que qualquer atitude fraudulenta efetuada pelos estudantes no ensino fundamental, que não tenha sido corrigida, são replicadas de forma automática nos níveis subsequentes, visto que eles não tem o preparo apropriado no ensino fundamental e médio, voltado à escrita científica.

Para Andrade (2011) e Innarelli (2011), a má conduta em pesquisa (também denominado de comportamento inadequado), pode ser dividido da seguinte forma: **conduta de coautoria** (colocação dos nomes daqueles que não participaram do trabalho);

conduta de submissão (quando um artigo é enviado para análise para vários periódicos simultaneamente); **conduta de referências e citações** (utilizar como referência uma obra que não leu). Nesta questão é possível citar a cessão de créditos com autores que não contribuíram com o trabalho, em troca de ter o nome inserido em alguma pesquisa que não tenha participado, ou ainda, utilizar o nome de um pesquisador qualificado na área, de modo a aumentar as chances de ter o trabalho aprovado (ANDRADE, 2011).

Innarelli (2011), Russo (2014) e Almeida (2016) ressaltam que ao ser pressionado, quando os prazos estão se esgotando ou quando o estudante não sente estar preparado o suficiente para executar alguma atividade, é natural que queira ter vantagem ao usar textos prontos, extraídos da Internet, por exemplo, apenas inserindo seu nome em algo que não escreveu. Acrescenta-se ainda que, se algum colega obtém vantagem ao realizar algum ato desonesto e/ou eticamente inadequado, automaticamente o estudante se sente motivado em cometer o mesmo deslize, com a intenção de que “vale a pena” arriscar (INNARELLI, 2011; TANIGUCHI, 2011). Assim, é possível entender a necessidade em melhorar o controle nas avaliações de algum trabalho, visto os exemplos obtidos com os colegas, bem como o comportamento inadequado do professor em sala de aula, influencia a utilização de mecanismos inadequados para elaboração e entrega de qualquer trabalho (TANIGUCHI, 2011).

Em se tratando da categoria Ferramentas de detecção de plágio (PERTILE, 2011; ARENHARDT, 2013; PERTILE, 2015), os trabalhos apresentaram as estratégias adotadas e os mecanismos aplicados, para a validação dos softwares desenvolvidos, voltados à descoberta de plágio em documentos desenvolvidos por acadêmicos.

Nos estudos realizados por Pertile (2011), Arenhardt (2013), Pertile (2015) ressalta-se que a imensa disponibilidade de todo tipo de material na Internet, a facilidade na utilização de trabalhos prontos, bem como a dificuldade no controle de uso de materiais de outras pessoas, torna imprescindível que os trabalhos sejam avaliados de forma automática. Isto serve tanto para trabalhos da graduação quanto da pós-graduação.

A grande maioria das ferramentas de verificação de similaridade de textos disponíveis (os chamados softwares anti-plágio), realizam a varredura/consulta de pequenos trechos retirados do trabalho do estudante comparando com textos existentes na Internet. Entretanto, faz-se necessária a conferência manual dos resultados apresentados nos relatórios da ferramenta utilizada (PERTILE, 2011). Assim, mesmo que a detecção seja feita de forma automática, sem a interferência do usuário, a análise posterior dos

supostos trechos plagiados é efetuada por meio da verificação do relatório criado pelo software, uma vez que tais ferramentas não dispõem de forma eficientes para afirmar que determinado trecho realmente tenha algum problema de plágio, conforme apontado no relatório. Por exemplo, o software não pode tratar como plágio aqueles trechos em que, na citação direta há a indicação correta da fonte utilizada.

Adicionalmente Pertile (2011) e Arenhardt (2013) destaca que a detecção do plágio nos trabalhos é algo de difícil realização. Assim, em virtude da correção trabalhosa, muitos professores ressaltam não mais solicitar trabalhos escritos, pois o índice de plágio apresentado nos documentos é extremamente elevado (PERTILE, 2011). Isto é comprovado em estudo apresentado na Nova Zelândia (PERTILE, 2015), no qual os estudantes, mesmo sabendo do risco de ter o trabalho analisando em ferramentas de verificação de plágio, entregaram documentos com diversos trechos com problema.

Em se tratando de Brasil, o plágio é algo corriqueiro tanto no ensino presencial quanto no Ensino à Distância (PERTILE, 2011; ARENHARDT, 2013, PERTILE, 2015). Os principais motivos são a falta de controle e análise dos documentos apresentados pelos estudantes, falta de regras claras e normativos internos, inexistência de orientação permanente acerca do tema, bem como a falta de critério preciso na correção do trabalho. Ressalta-se que, o plágio ocorre nos trabalhos até daqueles docentes que criam regras próprias ou utilizam instrumentos para minimizar a prática.

A categoria temática que trata da Percepção de professores e estudantes (WATANABE, 2014; SANTOS, 2015; ALENCAR, 2016; ALVES; MOURA, 2016), os estudos relatam sobre o entendimento da comunidade acadêmica (estudantes, professores, pesquisadores e demais colaboradores) sobre a desonestidade no desenvolvimento de pesquisas, a cópia de textos sem indicação da fonte, bem como a intencionalidade em ignorar quaisquer normas para organização e elaboração de trabalhos.

Nos estudos de Watanabe (2014) e Santos (2015), eles destacam que, ao invés dos alunos se utilizarem da paráfrase para incorporar as “falas” de outros com a indicação da fonte de onde a ideia foi retirada, eles simplesmente estruturam os textos com conteúdos criados por outras pessoas. Com isso, mesmo tendo a compreensão das regras para elaboração de trabalhos acadêmicos, optam por substituir uma citação indireta pela cópia de algo pronto e acabado (SANTOS, 2015). Assim, apesar dos estudantes terem clareza da necessidade na utilização de textos de outros autores, reestruturando com base no seu entendimento sobre a leitura realizada e escrevendo com suas palavras, eles optam por usar

o texto elaborado por outra pessoa por meio de uma transcrição literal, ocasionada pela facilidade na obtenção do texto diretamente da Internet (SANTOS, 2015; ALENCAR, 2016; ALVES; MOURA, 2016).

Em se tratando de cópia de conteúdo (textos e/ou ilustrações), Watanabe (2014) ressalta que a visão que os estudantes tem é preocupante. Para eles, o fato das instituições não formalizarem orientações em documentos, abordando de forma clara, objetiva e prática sobre o plágio nos textos, acaba por facilitar os deslizes na elaboração de trabalhos. Ainda, boa parcela de cursos de pós-graduação, a avaliação realizada na maioria das vezes é por meio de artigos (WATANABE, 2014). Desta forma, como não há regras precisas sobre desonestidade acadêmica, bem como a pressão constante das disciplinas na entrega de trabalhos, colabora na tendência dos estudantes em se utilizar de práticas inadequadas e desonestas, desenvolvendo trabalhos ignorando as regras de citação, não se preocupando na indicação das fontes utilizadas.

Adicionalmente Santos (2015), Alencar (2016) e Alves e Moura (2016), destacam que os estudantes copiam indevidamente trechos disponíveis em materiais de outros autores, pois os mesmo tem inúmeras dificuldades em organizar textos por meio de uma escrita científica adequada (ALVES; MOURA, 2016), muito menos inserir argumentações críticas na defesa de alguma ideia registrada na pesquisa. Assim, Alves e Moura (2016) concluíram no estudo que, a dificuldade dos estudantes na elaboração de textos críticos e entrelaçados ao problema pesquisado, os participantes da pesquisa (alunos do 2º período de um curso de graduação) simplesmente copiaram trechos de outros autores, uma vez que não tiveram orientação adequada acerca das normas de elaboração de trabalhos científicos, em especial, artigos. Para Alencar (2016) e Alves e Moura (2016) os fatores que influenciam o plágio, são: falta de domínio/conceito adequado na temática utilizada; falta de conhecimento acerca do tema escolhido; tempo inadequado para leitura do material selecionado; falta de interesse ao desenvolver a pesquisa.

Em relação à orientação para confecção de trabalhos, Alencar (2016) ressalta que os professores destacam constante preocupação no enfrentamento ao plágio e, sempre que identificam qualquer problema, procuram orientar os estudantes indicando como proceder para corrigir o(s) trecho(s). Estes professores destacam que, pela experiência adquirida com o tempo(ALENCAR, 2016), ao detectarem que algo diferente na escrita/organização do texto (linguagem utilizada, argumentações registradas), usam a Internet para confrontar o texto do aluno com materiais disponíveis na rede.

Neste sentido, alguns programas de pós-graduação têm exigido que os alunos de mestrado e doutorado, assinem uma declaração informando que não violaram as regras relacionadas aos direitos autorais, bem como não cometeram nenhum tipo de plágio nos trabalhos (WATANABE, 2014). Entretanto, na pesquisa de Watanabe (2014) é ressaltado a baixa efetividade de tal documento, visto que ex-alunos informaram terem assinado o documento apenas para cumprir o requisito exigido, o que significa que podem ter plagiado algo. Isto pode ser interpretado como sendo uma falta de compromisso da comunidade acadêmica em seguir as orientações dos programas de pós-graduação, por não estar formalizado institucionalmente. É relevante questionar o quão válida (e eficaz) é a medida adotada, visto que cabe aos professores orientadores endossar a qualidade dos trabalhos (e resultados obtidos), bem como, o uso correto das regras de citação, evitando, assim, efetuar a cópia indevida. Como todas as instituições de ensino superior disponibilizam as teses e dissertações no sítio na Internet, sob sua responsabilidade, o fato de ter a assinatura do estudantes em uma declaração de autoria, não tira a responsabilidade da instituição em tomar alguma providência para corrigir tal problema.

Conforme apontado por Krokosz (2014) a maioria dos estudantes apresentam plágio em seus trabalhos, em virtude da falha em registrar corretamente os autores/fontes utilizados ou pelo pouco conhecimento acerca das normas de citação. Fica evidente que não é possível ignorar o plágio cometido pelos estudantes, independente do nível (graduação ou pós-graduação), bem como no tipo de trabalho produzido (textos de disciplina ou artigos encaminhados para publicação). De qualquer forma, é necessário separar aqueles casos nos quais o autor foi mal intencionado (como ignorar a indicação da fonte), se apropriando de ideias de outro autor sem dar o crédito, daquele plágio cometido por falta de orientação (TANIGUCHI, 2011; LIMA, 2013; KROKOSZ, 2014; PÁDUA, GUILHEM, 2015).

De acordo com os trabalhos de Innarelli (2011), Taniguchi (2011) e Souza et al. (2016), o comportamento do ser humano é baseado em exemplos e, se por ventura alguém desonesto tiver sucesso, é muito provável que outras pessoas queiram utilizar o mesmo procedimento e, de forma inapropriada, repetir as mesmas atitudes. Innarelli (2011) denomina isto de “expectativa de valor”, que é a probabilidade em realizar algo incorreto é maior, toda vez que alguém propositalmente tenha cometido algo desonesto e não tenha sido descoberto. Adicionalmente, Innarelli (2011) e Taniguchi (2011) destacam que a atitude adotada pelo professor é um motivo para o estudante realizar alguma desonestidade

ou evitá-la. Neste caso, se o professor demonstra controle das ações (vigilância plena) ou se ele se comporta de maneira inadequada (falta de cuidado), será o “divisor de águas” para o estudante executar uma tarefa de maneira desonesta ou simplesmente evitá-la.

De uma forma geral, os estudos apontam que o assunto plágio em trabalhos no Brasil é, ainda, frágil e pouco discutido (ALENCAR, 2016; DALLA COSTA, 2016; SOUZA et al., 2016), bem como não há uniformização relativa à disponibilidade de regulamentos internos, normas e diretrizes acerca do tema (KROKOSZ, 2011). Entretanto, é possível verificar que uma ou outra instituição adota estratégias para reduzir o problema do plágio nos trabalhos acadêmicos (WATANABE, 2014), obrigando que o estudante assine uma declaração de autoria, afirmando ter conhecimento da legislação e não ter violado os direitos autorais. No estudo de Almeida et al. (2016), é destacado que os países com menor impacto em pesquisa e em volume de citações, apresentam regulamentos menos rígidos para eliminar os casos de plágio. Adicionalmente, nestes países, os mecanismos utilizados para garantir a integridade científica são praticamente inexistentes ou de pouco efeito e, com isso, a existência de trabalhos eticamente inadequados é maior.

Conforme abordado nos trabalhos desenvolvidos por Freitas (2013), Lima (2013), Guedes e Gomes Filho (2015) e Alencar (2016), a falta de orientações e normas institucionais bem estruturadas, acarreta na violação de direitos autorais pela comunidade acadêmica, seja no desenvolvimento de trabalhos em disciplinas ou em pesquisas implementadas nas instituições de ensino superior. Destaca-se que, de forma ampla e geral, os estudantes tem conhecimento do conceito de plágio (KROKOSZ, 2014; DIAS, EISENBERG, 2015; GUEDES, GOMES FILHO, 2015). Entretanto, na prática, os mesmos não compreendem como aplicar as regras adequadas para organizar um trabalho, como, por exemplo, no uso de uma imagem desenvolvida por outra pessoa (GUEDES, GOMES FILHO, 2015).

Ao analisar o comportamento de estudantes de um curso de Licenciatura, Dias e Eisenberg (2015) verificaram que, em diversos casos, os estudantes não tinham ideia se haviam cometido algum erro relacionado a plágio e o que deveria ser feito para corrigir. Com isso, entende-se que os futuros professores (egressos do curso de Licenciatura), provavelmente não conseguirão orientar adequadamente as turmas nas quais lecionarem para evitar o plágio na organização dos trabalhos.

Pode-se verificar com os estudos analisados, sobre a relevância (e necessidade) em discutir a temática “Plágio” na graduação e pós-graduação, utilizando-se de campanhas

educativas, oficinas de capacitação com atividades práticas, cursos de formação para escrita científica (INNARELLI, 2011; ARENHARDT, 2013; FREITAS, 2013; VELUDO-DE-OLIVEIRA et al., 2014; SANTOS, 2015). Verifica-se, porém, que se por ventura o estudante tenha utilizado alguma prática desonesta antes do ingresso em algum curso de graduação, ou seja, se ele não recebeu a orientação adequada sobre o problema no ensino fundamental e/ou médio, provavelmente não terá nenhuma preocupação em repetir a atitude de desrespeito às regras de direito autoral no meio universitário, uma vez que ele considera essa prática como algo natural, ou seja, se o professor não adota uma atitude de vigilância, vale o risco (KROKOSZ, 2014; VELUDO-DE-OLIVEIRA et al., 2014; ALENCAR, 2016).

Finalmente, diversos autores defendem (ANDRADE, 2011; INNARELLI, 2011; TANIGUCHI, 2011; KROKOSZ, 2014; VELUDO-DE-OLIVEIRA et al., 2014; SANTOS, 2015; ALENCAR, 2016; ALVES, MOURA, 2016) a formalização de conteúdos sobre integridade científica e plágio de forma teórica e abordagem prática, principalmente em disciplinas ofertadas nos cursos de graduação. Com isso, entende-se a necessidade na revisão das matrizes curriculares dos diversos cursos existentes; a organização de atividades práticas sobre plágio (oficinas, seminários); a formalização de instrumentos internos (regulamentos, instruções normativas), registrando as medidas que devem ser tomadas, caso seja detectado alguma violação de direitos autorais; e, também, o desenvolvimento de ações de orientação da comunidade interna para o enfrentamento da desonestidade acadêmica, principalmente relacionadas ao plágio.

Considerações finais

Por meio deste estudo, foi possível verificar nos trabalhos analisados que a comunidade acadêmica tem dificuldade em compreender, de forma prática, os problemas decorrentes do plágio na organização de textos, bem como, acerca de discussões sobre desonestidade científica e integridade acadêmica.

Na prática isto ocorre porque, periodicamente, diversos trabalhos com problemas são disponibilizados para que a comunidade tenha acesso. Ressalta-se que toda orientação recebida é fundamental e, se estas não forem feitas de forma adequada e eficiente, pode acarretar na estruturação de trabalhos com alguns problemas de violação de regras e, principalmente, gerando textos com plágio.

Ao analisar sobre esse assunto no Brasil, verifica-se que é preciso intensificar as discussões nas instituições de ensino superior, na graduação e pós-graduação, para que seja possível superar os problemas decorrentes da desonestidade acadêmica.

Entretanto, há que se destacar que, para o processo ser eficaz, é preciso que ações conjuntas sejam desenvolvidas, de modo a disponibilizar resultados cientificamente apropriados à comunidade.

Neste sentido, por meio das discussões obtidas nos trabalhos analisados, é possível pontuar as ações que podem ser realizadas nas instituições de ensino superior, destacando-se: a) elaborar regulamentos que observem sobre o plágio na elaboração de trabalhos; b) organizar cursos de capacitação e/ou treinamento, voltados à comunidade acadêmica; c) punir todos casos e que exista violação de direito autoral.

Com isso, entende-se que para as instituições de ensino brasileiras estabelecerem a cultura da integridade acadêmica (e o denominado “Plágio Zero”), é preciso envolver a comunidade na elaboração de regulamentos para tornar claro os limites na organização de trabalhos; periodicamente deve-se discutir sobre a temática plágio e desonestidade acadêmica, por meio de palestras e seminários; e, também, estabelecer o que ocorrerá caso algum problema seja detectado.

Como trabalho futuro, pretende-se ampliar o estudo utilizando outras bases de dados (a exemplo da *SCOPUS* e *Web of Science*) e, por meio dos mesmos descritores, verificar o que está sendo discutido na temática “integridade científica” fora do Brasil, como forma de comparar com os trabalhos ora discutidos.

Referências

ALENCAR, L. B. D.. **Práticas de orientação de TCC em curso de graduação em Ciências Contábeis em IES da cidade de São Paulo que possuem Stricto Sensu**. 2016. 209 f. Dissertação (Mestre em Ciências Contábeis). Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, São Paulo - SP.

ALMEIDA, R. M. V. R. D., CATELANI, F., FONTES-PEREIRA, A. J., GAVE, N. D. S. Retractions in general and internal medicine in a high-profile scientific indexing database. **Sao Paulo Medical Journal**, v. 134, n. 1, aug. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/Vwc8GX>>. Acesso em 10 mar. 2019.

ALVES, A. P. M. **Competência Informacional e o uso ético da informação na produção científica: o papel do bibliotecário na produção intelectual no ambiente**

acadêmico. 2016. 287 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista - UNESP, São Paulo - SP.

ALVES, M. F., MOURA, L. O. B. M.. A escrita de artigo acadêmico na universidade: autoria x plágio. **Ilha do Desterro a Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies**, v. 69, n. 3, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/MouOHw>>. Acesso em 10 jan. 2019.

ANDRADE, J. X. **Má conduta na pesquisa em ciências contábeis**. 2011. 115 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade Estadual e São Paulo - USP, São Paulo - SP.

ARENHARDT, C. P. B.. **Miss Marple** - desenvolvimento de ferramenta para auxiliar na verificação e detecção de indícios de plágio com base no método DIP Detector de Indícios de Plágio. 2013. 75 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação). Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria - RS.

BERLINCK, R. G. S. The academic plagiarism and its punishments - a review. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 21, n. 3, jun. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/cJrHvS>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de Fevereiro 1998. **Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências**. Brasília, DF, 19 fev. 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/wyKFjp>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

CHIARINI, T.; VIEIRA, K. P.. Universidades como produtoras de conhecimento para o desenvolvimento econômico: sistema superior de ensino e as políticas de CT&I. **Revista Brasileira de Economia**, v. 66, n. 1, jan. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/X3kjFv>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DALLA COSTA, R. M .C. Plágio acadêmico: a responsabilidade das associações científicas. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 39, n. 3, dez. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/Jq63U5>>. Acesso em 15 fev. 2019.

DIAS, W. T.; EISENBERG, Z. W. Vozes diluídas no plágio: a (des)construção autoral entre alunos de licenciaturas. **Pro-Posições**, v.26, n.1, abr. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/HWdFNI>>. Acesso em 05 mar. 2019.

ELLIOTT, T. L.; MARQUIS, L. M.; NEAL, C. S. Business ethics perspectives: Faculty plagiarism and fraud. **Journal of business ethics**, v. 112, n. 1, fev. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/yFd17s>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

FREITAS, T. C. S. **Autoria e plágio**: representações sociais na educação superior. 2013. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Regional de Blumenau - FURB, Blumenau - SC.

GOMES, S. L. R. O Acesso Aberto ao conhecimento científico: o papel da universidade brasileira. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 8, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/47SR98>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

GRIEGER, M. C. A. Authorship: an ethical dilemma of science. **Sao Paulo Medical Journal**, v. 123, n. 5, aug. 2005. Disponível em <<https://goo.gl/w1kzMP>>. Acesso em: 10 fev 2019.

GUEDES, D. O.; GOMES FILHO, D. L.. Percepção de plágio acadêmico entre estudantes do curso de odontologia. **Revista Bioética**, v.23 n.1, abr. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/IfqMLE>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

INNARELLI, P. B.. **Fatores antecedentes na atitude de alunos de graduação frente ao plágio**. 2011. 84 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Metodista de São Paulo - UMESP, São Bernardo do Campo - SP.

KROKOSZ, M. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, set. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/bKL6MB>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

KROKOSZ, M.. **Outras palavras: análise dos conceitos de autoria e plágio na produção textual científica no contexto pós-moderno**. 2014. 160 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo - SP.

LIMA, M. B.. **Ctrl+C/Ctrl+V: plágio ou estratégia? - representações de professores universitários sobre a escrita de seus alunos**. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP.

PÁDUA, G. C. C. ; GUILHEM, D. Integridade científica e pesquisa em saúde no Brasil: revisão da literatura. **Revista Bioética**, v.23 n.1, abr. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/eyWsxF>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

PERTILE, S. L. **Desenvolvimento e aplicação de um método para detecção de indícios de plágio**. 2011. 72 f. Dissertação (Mestre em Ciência da Computação). Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria - RS.

PERTILE, S. L.. **Combinando métricas baseadas em conteúdo e em referências para a detecção de plágio em artigos científicos**. 2015. 79 f. Tese (Doutorado em Ciência da Computação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre - RS.

OAB. Combate ao Plágio - Comissão Nacional de Relações Institucionais do Conselho Federal da OAB. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/xJW4ld>>. Acesso em: 06 fev. 2019.

RUSSO, M.. Ética e integridade na ciência: da responsabilidade do cientista à responsabilidade coletiva. **Estudos avançados**, v.28 n.80, abr. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/vhKmGx>>. Acesso em 18 fev. 2019.

SANTOS, F. C. **A concepção de trabalho acadêmico de alunas de um curso de pedagogia à distância: um estudo de caso**. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo - RS.

SOARES, R.. **Proteção à autoria e combate ao plágio acadêmico na FAINOR:** referenciais didáticos instrucionais. 2014. 90 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Aprendentes). Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa - PB.

SOUSA, R. N. D., CONTI, V. K., SALLES, A. A., MUSSEL, I. D. C. R.. Desonestidade acadêmica: reflexos na formação ética dos profissionais de saúde. **Revista Bioética**, v. 24, n. 3, dez. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/Cg1NML>>. Acesso em 24 fev. 2019.

TANIGUCHI, S. P. **Desonestidade acadêmica:** interação entre fatores pessoais e práticas de grupo na atitude de estudantes de IES. 2011. 64 f.. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Metodista de São Paulo - UMESP, São Bernardo do Campo - SP.

VELUDO-DE-OLIVEIRA, T. M., AGUIAR, F. H., QUEIROZ, J. P., BARRICHELLO, A.. Cola, plágio e outras práticas acadêmicas desonestas: um estudo quantitativo-descritivo sobre o comportamento de alunos de graduação e pós-graduação da área de negócios. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 1.mar. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/CbF93m>>. Acesso em 24 jan. 2019.

WATANABE, E. H. A não linearidade entre a reação de quem copia e de quem é copiado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, abr. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/VIHlym>>. Acesso em: 24 jan. 2019.